Na base da trapaça

A Cisco, uma das empresas mais admiradas dos EUA, é acusada de participar de um esquema de sonegação no país. Como isso pode manchar sua imagem

ISABEL CLEMENTE E MARIA LAURA NEVES

A CISCO SYSTEMS, LÍDER MUNDIAL EM serviços e equipamentos para internet e redes de computadores, faz parte da exclusivíssima lista das empresas mais admiradas dos Estados Unidos, publicada pela revista *Fortune*. Desde sua fundação, em 1984, ela procurou associar sua imagem a uma postura ética nos negócios. De repente, na semana passada, a Cisco viu-se envolvida em uma série bilionária de fraudes revelada pela Polícia Federal brasileira.

As fraudes, efetuadas desde 2002 e investigadas pela Polícia Federal brasileira durante dois anos, envolvem subfaturamento de importações de produtos da Cisco, corrupção de fiscais da Receita Federal e sonegação de impostos. As operações teriam causado um prejuízo total de R$ 1,5 bilhão aos cofres públicos, entre os tributos não pagos e as multas correspondentes, conforme dados preliminares apurados pela Receita. De acordo com informações da PF, 40 pessoas acusadas de envolvimento nas fraudes foram presas e indiciadas por formação de quadrilha, corrupção e evasão fiscal, entre outros crimes. Integram a lista o presidente da Cisco no Brasil, Pedro Santos Riffer, de 34 anos, considerado um dos mais brilhantes executivos da nova geração, e o responsável pelas operações na América Latina, Carlos Alberto Carnevalli.

Além disso, os escritórios da Cisco em São Paulo e no Rio de Janeiro foram fechados temporariamente para busca e apreensão de computadores e outros equipamentos que possam servir como prova das fraudes. A PF pediu ainda a prisão de outros cinco brasileiros residentes nos Estados Unidos. Eles são suspeitos de controlar empresas que intermediavam as exportações para o Brasil. "Isso causou enormes prejuízos para a indústria brasileira de informática e produtos de telecomunicações, que já sofre pesadamente com a concorrência desleal do descaminho", disse o ministro da Justiça em exercício, Luiz Paulo Barreto.

O esquema das fraudes, segundo a PF, envolveria a matriz da Cisco e a maior distribuidora de seus produtos no país, a Mude. Como a subsidiária brasileira não faz vendas diretas de equipamentos aos clientes nem mantém um depósito próprio para estocar os produtos importados dos EUA, é por meio de grandes atacadistas como a Mude que a Cisco opera por aqui. A Mude teria o próprio Carnevalli como sócio oculto. Por meio de sua filial americana, a Mude realizaria compras de equipamentos diretamente da matriz com grandes descontos. Alguns produtos seriam repassados à empresa até de graça. Depois, a Mude faria a exportação das mercadorias ao Brasil, por meio de uma série de empresas de fachada. Ficaria, assim, em posição vantajosa para disputar o mercado nacional, praticando preços ao consumidor final até 50% mais baixos do que se tudo fosse feito dentro da lei. Não por acaso a Mude recebeu, por oito anos consecutivos, o prêmio de melhor desempenho entre os parceiros da Cisco em mercados emergentes *(leia o quadro)*.

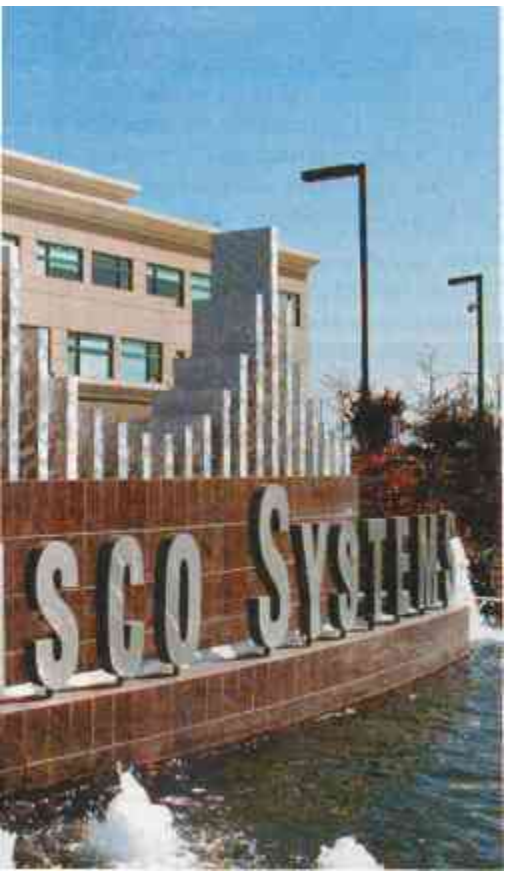
***Para* a PF, a certeza de que os** preços eram subfaturados pela própria Cisco nos EUA viria da longa investigação, que envolveu também o Ministério Público e a Receita Federal. Nas investigações, teriam sido encontradas faturas da matriz da Cisco com descon-

ARMAÇÃO LIMITADA
Riffer *(no alto)*, Carnevalli e a sede da Cisco, em San José, na Califórnia (EUA). Um esquema engenhoso para burlar o Fisco

Fotos divulgação (2) e Paul Sakuma/AP

tos camaradas para a Mude, de até 70%. Mas, até agora, ninguém mostrou uma única nota fiscal emitida pela Cisco para comprovar que os preços dos produtos vendidos para a filial americana da Mude eram realmente mais baixos que os praticados em operações semelhantes com os demais clientes da empresa. Em nota oficial, a Cisco informou que está empenhada em apurar os detalhes da fraude. "Estamos tentando entender o que exatamente aconteceu no Brasil e avaliar como essa investigação afeta a Cisco", diz o comunicado. "Estamos cooperando de forma integral com as autoridades brasileiras."

ÉPOCA teve acesso a um relatório reservado da investigação que revela outra ponta das fraudes: as remessas feitas por clientes da Mude no Brasil para empresas localizadas em paraísos fiscais (offshores), como as Ilhas Virgens britânicas, as Bahamas e o Panamá. As offshores seriam ligadas aos acionistas da Mude e à própria Cisco do Brasil. Suspeita-se que os pagamentos feitos no exterior serviriam, na verdade, para reembolsar a Cisco pelos descontos aplicados nas vendas para a Mude. Seriam, portanto, descontos de fachada.



Assim, é fácil

Como funcionava o esquema de sonegação fiscal que teria envolvido a matriz da Cisco nos Estados Unidos, a Mube, maior distribuidora de seus produtos no Brasil, e diversos executivos da empresa nos últimos cinco anos

1 **A Mude,** criada em 2002, é hoje a maior distribuidora de produtos da Cisco no Brasil. Segundo a Polícia Federal, sua filial americana **fazia pedidos diretamente à matriz da Cisco**. Ela recebia os produtos (equipamentos e programas) lá mesmo. A Mude teria como sócio o ex-presidente da Cisco no Brasil Carlos Alberto Carnevalli, atual vice-presidente para a América Latina

2 **As exportações para o Brasil eram feitas pela Mude por meio de várias tradings** (empresas encarregadas de coordenar as operações). Para reduzir a tributação no Brasil, inflava-se o preço dos softwares, que pagam menos impostos, e reduzia-se o preço dos hardwares, tributados de forma pesada no desembarque e nas vendas feitas aqui

3 **As exportações eram enviadas para outras tradings no Brasil** *localizadas no Pólo de Informática* de Ilhéus, na Bahia. O governo baiano concede benefícios fiscais aos produtos montados na região

4 De **Ilhéus**, depois de simulada a montagem dos produtos importados, eles eram despachados para duas empresas fantasmas de **São Paulo**. Só então os produtos eram entregues à Mude. Ela nunca aparecia como a receptora final das mercadorias, apesar de ter feito, por meio de sua filial nos EUA, o pedido inicial

Com o esquema, a Mude conseguia vender os produtos da Cisco no Brasil com descontos de 50% em média em relação aos concorrentes. Isso alavancava os negócios da empresa americana no país, que equivalem a 1% de suas vendas globais

Do quadro societário de algumas das offshores, nas quais foram parar os depósitos dos clientes brasileiros, constam alguns laranjas notórios de um escritório de advocacia panamenho. O escritório ganhou fama ao participar de esquemas de lavagem de dinheiro internacionais e que trabalhava também para a matriz da Cisco. Entre eles, incluem-se os nomes de alguns envolvidos em outras investigações de lavagem de dinheiro e evasão de divisas, supostamente montadas a partir do Panamá para esconder as fortunas suspeitas dos familiares do ex-ditador chileno Augusto Pinochet e do ex-presidente peruano Alberto Fujimori.

As suspeitas dos profissionais que participaram das investigações parecem bem fundamentadas. Se forem confirmadas, a matriz ficará em situação delicada nos Estados Unidos. Uma lei de 1977, a Foreign Corrupt Practices Acts (FCPA), estabelece punições pesadas para atos de corrupção praticados por empresas americanas e por suas subsidiárias em qualquer país. Apesar das evidências fornecidas pelas autoridades brasileiras, parece inacreditável que a Cisco arriscasse sua reputação por tão pouco. Afinal, o prejuízo gerado ao Fisco no Brasil é equivalente a 2,5% do faturamento global da empresa, estimado em US$ 34 bilhões (R$ 61 bilhões) em 2007.

Um sinal claro de que o episódio teve pouco impacto lá fora foi o fato de as ações da empresa até terem subido de preço nos dias que se seguiram ao anúncio das fraudes no Brasil. Só o americano Mark Smith, diretor-gerente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, resolveu justificar um possível envolvimento da matriz da Cisco nas fraudes com base no argumento de que "o país é propício ao subfaturamento. É verdade que a carga tributária brasileira é um problema sério. Mas é um problema igual para todos - exceto para os que não cumprem a lei.

www.epoca.com.br
Saiba quais foram as outras grandes fraudes empresariais descobertas nos últimos anos

Pé no freio

Por que o Banco Central decidiu interromper a trajetória de cortes na taxa de juro básica

A DECISÃO DO BANCO CENTRAL DE interromper a trajetória de queda dos juros, tomada na semana passada, deixou evidente duas questões importantes. A primeira delas diz respeito à manutenção da autonomia administrativa do BC. Dias antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente Lula afirmou que desejava a continuidade da queda dos juros em outubro. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, Lula disse que, se isso não acontecesse, o presidente do BC, Henrique Meirelles, teria de dar explicações para a mudança de rumo. A equipe de Meirelles não só contrariou a opinião de Lula como votou, de forma unânime, pela permanência do patamar atual de juros. E Meirelles não precisou dar explicações a ninguém.

Ao optar pela permanência dos juros básicos da economia em 11,25% ao ano pelas próximas seis semanas, interrompendo o ciclo de 18 cortes consecutivos na taxa, o BC também demonstrou sua preocupação com o aquecimento da economia e seu efeito sobre os preços.

AUTONOMIA Meirelles contrariou Lula

Quando muitas pessoas querem fazer compras e as empresas não conseguem atender a essa demanda, aparece o risco de que as mercadorias disponíveis tenham seus preços reajustados. Se isso acontecer, a inflação sobe e as metas estabelecidas pelo governo podem não ser alcançadas.

A taxa básica anual de juro no Brasil, embora tenha caído de 26,50%, em fevereiro de 2003, para os atuais 11,25%, ainda não é comparável à de economias maduras. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, mantém a taxa em 4,75% ao ano. As nações emergentes também desfrutam de juros menores. Na índia, as taxas básicas anuais permanecem na faixa de 6%, o mesmo patamar da China. Para ser mais competitivo, o Brasil ainda tem um longo caminho pela frente.

Fonte: Época, n. 492, p. 56-58, 22 out. 2007.